

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 08 de outubro de 2025 às 07h49
Seleção de Notícias

Bloomberg Línea Brasil | BR

Direitos Autorais

Elton John e Paul McCartney entram na briga contra a agência britânica de royalties	3
---	---

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.201	5
AMANHECIDAS MIGALHAS	

Marco regulatório | INPI

TJ/SP suspende embalagem Xantcler por risco de confusão com Xantinon	12
MIGALHAS	

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Atlético-MG ganha na justiça registro de "Galo Volpi"; entenda caso completo	14
MSN	

O Tempo Online | BR-MG

08 de outubro de 2025 | ABPI | Câmara de Arbitragem

Arbitragem: Solução consolidada para Judiciário sobrecarregado	15
--	----

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Nintendo processa moderador do Reddit por pirataria no Switch e exige US\$ 4,5 milhões	17
--	----

Agência Senado | BR

Marco regulatório | INPI

Projeto que impede corte de recursos do INPI vai ao Plenário	18
FOTO	

Elton John e Paul McCartney entram na briga contra a agência britânica de royalties



Um grupo de compositores reclama da falta de transparência no pagamento de royalties e afirma que a agência de cobrança britânica gasta muito em custos administrativos

Bloomberg - Alguns dos compositores mais famosos do Reino Unido, incluindo Elton John, Paul McCartney e Thom Yorke, exigiram uma revisão da forma como os compositores são pagos por meio do serviço de cobrança de royalties do país. Eles questionam o valor dos custos administrativos.

Um grupo de 18 compositores adicionou seus nomes a uma carta enviada na semana passada ao PRS For Music. Eles pedem que o grupo explique por que separa tanto dinheiro da arrecadação de **direitos** autorais para despesas comerciais.

A PRS representa os direitos de execução de compositores, compositores e editores de música e cobra royalties em seu nome sempre que sua música é tocada ou executada publicamente, como em uma arena ou em bares e restaurantes.

"Essa solicitação é motivada por preocupações crescentes sobre a transparência, a precisão e a representação geral dos interesses dos membros", escreveram os compositores na carta, que foi analisada pela Bloomberg News.

O estabelecimento de metodologias claras e justas é importante para os futuros compositores, disseram

eles. "Seus meios de subsistência dependerão disso".

Para 2024, a PRS disse que arrecadou 287 milhões de libras (US\$ 387 milhões) por execuções públicas em nome dos compositores.

A organização deduziu 49 milhões de libras para "processos de distribuição". Os compositores questionaram por que não são empregadas tecnologias mais eficientes para reduzir os custos.

A carta "destaca os desafios de coletar dados de centenas de milhares de empresas e comparar com milhões de obras individuais para pagar royalties com precisão", disse um porta-voz da PRS em um comunicado à Bloomberg News.

"Nós nos reunimos com representantes desses membros e continuaremos a explorar todas as mudanças práticas que possam atingir nosso objetivo comum, apoiando a comunidade de compositores e compositores."

O complicado sistema de **direitos** autorais que sustenta a renda dos compositores foi alvo de críticas nos EUA por motivos semelhantes.

O Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA está investigando o processo atual, que é supervisionado por pelo menos meia dúzia de organizações de **direitos** autorais.

A proliferação das PROs fez com que os proprietários de casas de shows se sentissem pressionados, enquanto os compositores afirmam que o sistema complicado dificulta o controle de seus pagamentos e que o dinheiro é frequentemente direcionado de forma errada para as maiores estrelas.

Alguns compositores disseram que ouvem suas músicas tocando em locais públicos, mas nunca re-

Continuação: Elton John e Paul McCartney entram na briga contra a agência britânica de royalties

cebem um centavo.

Parte da dificuldade é determinar o que é tocado em vários estabelecimentos, uma vez que os licenciados não empregam amplamente a tecnologia de rastreamento, como um serviço de streaming que faz isso automaticamente ou um dispositivo que escuta. O mesmo vale para shows ao vivo.

Nos Estados Unidos, as PROs incentivam os artistas a enviar setlists, para que os compositores adequados sejam pagos. Mas isso nem sempre acontece.

No Reino Unido, o Guardian descobriu que a PRS tem milhões de libras em **direitos** autorais não pagos porque não tem setlists de mais de 100.000 shows, o que determinaria como o dinheiro é pago.

A PRS também foi processada por compositores sobre a forma como lida com pagamentos de concertos e apresentações ao vivo, nos quais os compositores deveriam receber uma parte dos royalties da venda de ingressos. O processo acusa a PRS de impor altos custos administrativos aos compositores menores e de dar tratamento preferencial a estrelas já bem-sucedidas.

Na carta recente, os compositores disseram que a falta de resposta às suas preocupações poderia ameaçar a retenção futura de membros, "um resultado que temos certeza de que a PRS gostaria de evitar".

©2025 Bloomberg L.P.

MIGALHAS nº 6.201

AMANHECIDAS



Terça-Feira, 7 de outubro de 2025 - Migalhas nº 6.201.

Fechamento às 07h15.

"Abusos não absolvem abusos."

Rui Barbosa

Victor Hugo numa hora dessas

Em Tremembé/SP, uma detenta foi punida por recolher do lixo migalhas de pão e pedaços de bolo. A sanção: suspensão de visitas e isolamento. A defesa sustenta a desproporcionalidade, e evoca, sem dizê-lo, a figura de Jean Valjean, de Os Miseráveis, que foi condenado por roubar um pão. Segundo apurou nosso rotativo, episódios semelhantes, e nada literários, têm se multiplicado nos presídios paulistas. ()

Graciliano Ramos numa hora dessas

No fim de 2024, o STF homologou o Plano Pena Justa, apresentado pela União e pelo CNJ, em cumprimento à decisão na ADPF 347, que reconheceu violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional brasileiro. A prisão, como lembrava o autor de Memórias do Cárcere, ainda é lugar onde a miséria veste uniforme. ()

Miguel de Cervantes numa hora dessas

Como se sabe, o STF realizou audiência pública sobre a pejotização. Na abertura, o ministro Gilmar Mendes destacou a importância de conciliar li-

berdade econômica e proteção social. É um equilíbrio que nem Dom Quixote, entre o ideal e o real, conseguiria manter com a lança erguida. ()

Michel Foucault numa hora dessas

Durante a audiência pública, o advogado-geral da União, Jorge Messias, fez duras críticas à pejotização, afirmando que o modelo é imposto ao trabalhador, e não uma escolha. O "empresário de si mesmo", diria o autor de A História da Loucura, é produto da disciplina moderna, não da liberdade. ()

Mitologia numa hora dessas

O STF iniciou o julgamento do Tema 1.164, que discute se a extinção de cargos ou o limite de gastos da LRF (LC 101/00) podem afastar o direito à nomeação de aprovados dentro do número de vagas. A esperança dos concursandos é como a de Penélope, que tecia e destecia na espera do marido Ulisses, que tinha ido lutar em Troia. ()

Conan Doyle numa hora dessas

Ministro Gilmar Mendes suspendeu julgamento sobre constitucionalidade da lei 12.830/13, que define atribuições dos delegados de Polícia. Como diria Sherlock, "não há nada mais enganoso do que um fato óbvio." ()

Lewis Carroll numa hora dessas

3ª seção do STJ irá decidir se é lícita a prova decorrente de quebra de sigilo telemático por meio de espelhamento de aplicativo de mensagens, como o WhatsApp Web. Nessas janelas virtuais, o perigo é transformar o espelho em confissão, e o WhatsApp Web em espelho de Alice. ()

Dante Alighieri numa hora dessas

3ª turma do STJ decidiu que o depósito parcial feito em execução invertida não afasta multa de 10% nem honorários de sucumbência. A Justiça, como o tempo, e como o autor da Divina Comédia, não perdoa quem tenta atalhar o purgatório. ()

Fiódor Dostoiévski numa hora dessas

Instituição terapêutica é condenada por submeter dependentes químicos a trabalho análogo à escravidão sob pretexto de reabilitação. A "cura", nestes casos, lembra as purificações de Dostoiévski, dor sem redenção, penitência sem perdão. ()

George Orwell numa hora dessas

TJ/SP condenou município a indenizar moradora por violação de privacidade, após vizinho instalar janela voltada para seu quintal. Nem o autor de 1984 imaginou tamanha literalidade. ()

Machado de Assis numa hora dessas

TJ/MA declarou inconstitucional a taxa estadual sobre transporte de grãos, por ausência de vínculo entre o valor cobrado e o custo da fiscalização. Parafraseando Quincas Borba, ao contribuinte, a conta. ()

Molière numa hora dessas

TRT-4 condenou empregado que simulou acidente de trabalho, impondo multa por litigância de má-fé. No teatro do processo, cai a máscara como em Tartufo, quando a hipocrisia é apanhada em flagrante. ()

Simone de Beauvoir numa hora dessas

STF passou a usar o termo "relatora" em processos relatados pela ministra Cármen Lúcia. Nesta migalha, basta o título como referência literária. O nome da autora de Os Mandarins diz tudo. ()

Charles Dickens numa hora dessas

TJ/GO restabeleceu a gratuidade de Justiça a uma estudante de Medicina que havia perdido o benefício por cursar faculdade particular custeada pelos pais. Não é por haver estudo que há abundância. Difícil não lembrar de Oliver Twist, erguendo o prato e pedindo: "Please, Sir, I want some more." ()

Monteiro Lobato numa hora dessas

Joalheria é condenada por submeter vendedora a condições humilhantes, impedindo-a de sentar ou beber água durante o expediente. E, como ensinou Dona Benta, "por mais imunda que possa ser uma água, se a sede apertar você atira-se a ela como a um presente do céu..." ()

Carlos Drummond de Andrade numa hora dessas

Juíza afastou alegação de ilegalidade e manteve juros em contrato de empréstimo firmado entre consumidora e instituição financeira. "E agora, José?", perguntaria o poeta, diante da conta que não cabe no bolso nem no poema. ()

Franz Kafka numa hora dessas

O STF formou maioria, em plenário virtual, para fixar tese que impede a inclusão, na execução trabalhista, de empresa que não participou da fase de conhecimento, ainda que pertença a grupo econômico. Relatado pelo ministro Dias Toffoli, o julgamento (Tema 1.232) restringe essa possibilidade apenas às hipóteses de sucessão empresarial ou de abuso da personalidade jurídica, assegurando o devido processo legal. No labirinto das execuções, Kafka sorriria: até o poder precisa ter fronteiras - senão o processo vira castelo. ()

Blaise Pascal numa hora dessas

A decisão acima, que agora alcançou maioria no plenário virtual, teve início no plenário físico - um movimento inverso ao que costuma ocorrer. Lembra a frase atribuída a Pascal, ao se desculpar com um ami-

go: "Perdoe-me por esta longa carta; não tive tempo de escrever uma curta." ()

Euclides da Cunha numa hora dessas

"O migalheiro é, antes de tudo, um forte", resiste às citações, enfrenta os clássicos e, heroicamente, volta amanhã em busca de mais.

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Insolvência em Foco

Entre contratos, garantias e recuperação judicial, Suzimaria Maria de Souza Artuzi e João de Oliveira Rodrigues Filho revelam como o agronegócio exige soluções jurídicas sob medida para manter o campo produtivo. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Vitor Frederico Kümpel e Natália Sóller discutem a responsabilidade civil de notários e registradores e a possibilidade de ação direta contra o titular. ()

Papo Jurídico

A herança digital está em debate. Confira comentários de Guilherme Galhardo Antonietto sobre recente decisão do STJ. ()

Migalhas de peso

- "ADIn 7.324 e a destinação dos créditos de PIS/Co-fins: Entre a segurança jurídica e a modicidade tarifária", por Pedro Rodrigues de Oliveira Lopes (Sérgio Murilo Braga Advogados Associados). ()

- "Tecnologia, governança e cultura: O novo cenário da advocacia tradicional", por Fernanda Martorelli

(Martorelli Advogados). ()

- "Embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade: Reflexões sobre a denominada 'preclusão consumativa'", por João Pereira Monteiro Neto (Torreão Braz Advogados). ()

- "Concurso público: Candidatos eliminados por altura podem ter novo direito garantido", por Ricardo Fernandes e Ana Paula Gouveia Leite Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Governo americano em 'Shutdown'. E agora?", por Witer Desiqueira (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "Justiça em Números 2025: A revolução silenciosa do Judiciário brasileiro", por Anibal Pereira da Silva Junior (Parada Advogados). ()

- "O futuro não está escrito", por Stanley Martins Fração (Homero Costa Advogados). ()

- "A essência da soberania e o democratismo", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

- "Exame de aspectos pontuais da reforma tributária", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Mais que tributos: A reforma que redesenha o pacto federativo brasileiro", por Renaldo Rodrigues Junior (Editora Mizuno). ()

- "A revolução na busca de ativos: Uma análise estratégica do SISBAJUD, SNIPER e outras ferramentas eletrônicas para maximizar a efetividade da execução civil", por André Carvalho Rondon Badini (Carapeba Elias & Advogados Associados). ()

- "Garantias fundamentais no processo disciplinar: Entre a eficiência administrativa e o devido processo legal", por Mário Goulart Maia (Kohl & Maia Ad-

vogados). ()

- "'Holding em testamento": Entenda a que se refere o termo e como funciona a estratégia de planejamento sucessório", por Izabela Rücker Curi (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "A cultura da impunidade administrativa e a perpetuação dos maus contratados", por Bárbara Hosken de Sá Gomide (Cunha Pereira e Massara - Advogados Associados). ()

- "A nova configuração do mercado de trabalho na advocacia: Da tradição à advocacia 4.0", por Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade (Figueiredo Ferraz Advocacia). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Top Lawyers 2025

Escritório Harada Advogados Associados está novamente entre os destaques da consagrada publicação "Top Lawyers", dedicada aos mais conceituados escritórios de advocacia do Brasil. Última chance de participar com a sua banca. ()

MBA em Direito e Tecnologia

A USP lançou o MBA em "Direito e Tecnologia", oferecido pelo Centro de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina (CIAAM+). O curso visa capacitar profissionais para atuar na interseção entre o Direito e as novas tecnologias, com ênfase em IA, proteção de dados e ética digital. O programa é coordenado pela professora Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, e pelos professores Evandro Eduardo Seron Ruiz e Adalberto Simão Filho. As aulas serão realizadas semanalmente às quintas-feiras, em formato 100% online, permitindo acesso remoto a materiais, tutoria especializada e biblioteca digital. ()

Falecimento

Faleceu ontem, aos 91 anos, o jurista alemão Peter Häberle, considerado um dos mais influentes teóricos do Direito Constitucional contemporâneo. Autor de uma vasta e reconhecida obra, Häberle foi responsável por reformular a maneira de compreender e aplicar a Constituição, defendendo uma leitura aberta, plural e socialmente participativa do texto constitucional. Sua teoria, consagrada na obra *Hermenêutica Constitucional: Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição*, traduzida para o português em 1997, sustenta que a interpretação da Constituição não é monopólio dos tribunais, mas um processo que envolve toda a sociedade. ()

Baú migalheiro

Há 91 anos, em 7 de outubro de 1934, militantes da Frente Única Antifascista enfrentaram nas ruas de São Paulo os integrantes da Ação Integralista Brasileira, liderados por Plínio Salgado, durante o episódio conhecido como a "Revoada dos galinhas-verdes". O confronto foi provocado pela tentativa dos integralistas, identificados pelo uniforme verde e saudação semelhante à nazifascista, de realizar a chamada "marcha dos cinco mil" em apoio ao ideário autoritário da AIB. O embate, que terminou com diversos feridos e integralistas em fuga, expôs a tensão ideológica da época e evidenciou a resistência ativa contra o avanço de movimentos totalitários no Brasil. O episódio também ficou marcado como um dos primeiros confrontos diretos entre militantes de esquerda e os integralistas, que buscavam influenciar o cenário político brasileiro em meio às crises da República Velha e da Constituição de 1934. (Compartilhe)

Sorteio

Concorra a um exemplar da obra "Prescrição Intercorrente" (Thoth Editora, 150p.), escrita por Marco Vanin Gasparetti (FKG - Forbes, Kozan e Gasparetti Advogados), com prefácio de Cassio

Scarpinella Bueno e apresentação de Alexandre Freitas Câmara. O livro aborda a prescrição intercorrente e o direito material por paralisação prolongada. ()

Novidades

"Reforma Tributária - Lei Complementar nº 214/2025 Comentada", lançamento da Editora Mizuno, de autoria do advogado e professor Renaldo R. Júnior, promete ser uma leitura indispensável para todos os que atuam nos campos tributário, jurídico, contábil e administrativo. () Confira a edição de setembro da "Tech News", publicação do escritório Cescon Barriou Advogados. ()

Migalhíssimas

Hoje, às 10h, na ESA/RJ, Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados, na qualidade de presidente da Comissão de Direito Autoral, Direito Imaterial e Entretenimento da OAB/RJ, promoverá a palestra "Direito Autoral e Ilícitos Penais". O advogado Rodrigo Fragoso (Fragoso Advogados) será palestrante e a professora Victoria Sulocki debatedora. Amanhã, às 12h, Ana Tereza Basilio, de Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ, profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Marítimo" com o tema "Tributação nos Contratos de Afretamento", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". () Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) realiza, dia 9/10, em Brasília, a "8ª Edição do Seminário Jurídico de Seguros". Reunindo ministros dos Tribunais Superiores, especialistas do setor e executivos das maiores seguradoras do país, o evento terá como tema central a nova lei do contrato de seguro, marco que cria um microsistema jurídico próprio para os contratos de seguro. () Rodrigo Dias de Pinho Gomes (Pine Data Officer) participará do seminário discente "PPGD/UNIRIO", no próximo dia 10, no painel "Inteligência Artificial na Pesquisa Científica: Aliada ou Ameaça?". () Dias 15 e 16/10, será realizado o "XXXI Simpósio Jurídico da ABCE - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica", em

SP. Dia 16, das 16h10 às 17h35, Thiago Sales Pereira, de Milaré Advogados, participa do "Painel 8", que discutirá a Lei do Licenciamento Ambiental Federal. () Secovi-SP, por meio da vice-presidência de Incorporação e Terrenos Urbanos, realiza nos dias 27/10 e 3/11 a primeira edição de 2025 do "Seminário Jurídico". Coordenado por Marcelo Terra, de Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados, o evento discutirá questões jurídicas relevantes para o mercado imobiliário, com foco em temas complexos e de grande impacto, como a rescisão de CVCs após cinco anos e os efeitos da reforma tributária sobre renda e consumo. Eduardo Szazi, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participa no dia 30/10 do "1º Encontro do Terceiro Setor" em Curitiba. Szazi ministra a palestra "Cuidados jurídicos para o Terceiro Setor", abordando aspectos legais e de governança aplicáveis às organizações da sociedade civil. () Segundo o relatório "Justiça em Números" do CNJ, o volume de processos jurídicos segue elevado no Brasil - o que recoloca em destaque a importância da etapa anterior ao contencioso: a rotina contratual. Sobre o tema, confira os comentários de Henrique Flôres, advogado e cofundador da Contraktor. ()

Parceria

OAB/RJ selou um protocolo de intenções com o **INPI** para estabelecer parceria estratégica voltada à formação, capacitação e difusão de conhecimento na área jurídica. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Coreaú	"Francia se adentra en la mayor crisis política en décadas"
GO/Santo Antônio do Descoberto	Público - Portugal
MA/Codó	"Palestina A destruição de um território e de um povo"
MG/Buenópolis	Die Welt - Alemanha
MG/Engenheiro Caldas	"Wir werden wieder tanzen"
MG/Vazante	The Guardian - Inglaterra
Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .	"Labour's new visa rules put NHS at risk, warn nurses"
Fomentadores	O Estado de S. Paulo - São Paulo
para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas	"Em conversa amistosa, Lula e Trump começam negociação"
Migalhas Clipping	Folha de S.Paulo - São Paulo
The New York Times - EUA	"Trump conversa com Lula, diz que ligação foi 'ótima' e prevê reunião"
"Two Years of War"	O Globo - Rio de Janeiro
The Washington Post - EUA	"Lula e Trump conversam e abrem negociação comercial"
"Lax controls open VA to dubious disability claims"	O Estado de Minas- Minas Gerais
Corriere della Sera - Itália	"Câmeras inteligentes vão monitorar toda a cidade"
"Calabria, domina il centrodestra"	Correio Braziliense - Brasília
Le Figaro - França	"Lula e Trump negociam, com foco no comércio"
"Dos au mur, Macron s'en remet à Lecornu"	Zero Hora - Porto Alegre
Clarín - Argentina	"Em conversa por telefone, Lula pede a Trump que tarifaço e sanções sejam revogados"
"En modo rockstar, Milei relanzó la campaña y buscó dejar atrás el episodio Espert"	
El País - Espanha	

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Após conversa de Trump e Lula, Rubio será interlocutor"

TJ/SP suspende embalagem Xantcler por risco de confusão com Xantinon



Colegiado entendeu que a identidade visual do produto poderia confundir consumidores, configurando concorrência desleal.

Concorrência desleal TJ/SP suspende embalagem Xantcler por risco de confusão com Xantinon Colegiado entendeu que a identidade visual do produto poderia confundir consumidores, configurando concorrência desleal. Da Redação terça-feira, 7 de outubro de 2025 Atualizado às 14:49 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A 2ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP manteve decisão que reconheceu indícios de violação de "trade dress" e concorrência desleal entre produtos farmacêuticos das empresas Lapon Indústria Farmacêutica Ltda e União Química Farmacêutica Nacional S/A.

Na decisão, o colegiado considerou que a embalagem dos medicamentos "Xantcler" e "Xantcler Frutas Vermelhas" apresenta semelhança visual com a linha "Xantinon", de titularidade da União Química, o que poderia causar confusão ao consumidor.

Entenda

Em 1ª instância, o juízo concedeu liminar determinando que a Lapon cessasse, no prazo de 15 dias, o uso das embalagens dos produtos "Xantcler" e "Xantcler Frutas Vermelhas", sob pena de multa diária.

A decisão teve por base a semelhança entre o conjunto-imagem dos produtos, apontando risco de confusão ao consumidor e possível prática de concorrência desleal.

Inconformada, a Lapon recorreu, alegando ausência de probabilidade do direito e perigo de dano.

Ainda, afirmou que não havia risco de dano ou confusão, sustentando que suas embalagens são utilizadas desde 2022 e que a marca "Xantcler" é registrada no **INPI** - **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial, possuindo identidade visual própria, sem qualquer imitação da concorrente.

TJ/SP vê risco de confusão entre identidades visuais de Xantinon e Xantcler. (Imagem: Reprodução/Arte Migalhas)

Ao analisar o caso no TJ/SP, o relator, desembargador Natan Zelinski de Arruda, manteve o entendimento de que há indícios de violação ao trade dress da União Química.

Para o magistrado, a semelhança entre os conjuntos visuais dos produtos é perceptível, estando presentes os requisitos para concessão da liminar.

"A imitação do 'trade dress' da agravada está configurada, estando presentes o perigo na demora e a plausibilidade do direito, de modo que deve ser mantida a concessão da tutela de urgência", observou.

No entanto, entendeu que o prazo para cumprimento da determinação de cessar o uso da embalagem deve ser ampliado, "a fim de possibilitar lapso cronológico

Continuação: TJ/SP suspende embalagem Xantcler por risco de confusão com Xantinon

suficiente para as medidas necessárias a serem tomadas".

Processo: 2170515-63.2025.8.26.0000

Acompanhando o entendimento, o colegiado manteve a liminar, ampliando o prazo de cumprimento da obrigação para 30 dias.

Leia o acórdão.

O escritório Denis Borges Barbosa Advogados atua no caso.

Atlético-MG ganha na justiça registro de "Galo Volpi"; entenda caso completo

Nesta terça-feira (7), o Atlético Mineiro conquistou uma importante vitória na Justiça. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região reconheceu o clube como o único e legítimo proprietário da marca "Galo Volpi", um dos símbolos mais emblemáticos da história alvinegra.

A disputa judicial teve início em 2018, quando o artista Ivã Volpi, responsável pela criação do desenho na década de 1980 enquanto prestava serviços ao clube, entrou na Justiça reivindicando **direitos** autorais sobre o símbolo. Segundo Ivã, a criação do "Galo Volpi" foi uma iniciativa sua para reforçar a identidade visual do Atlético.

Após anos de litígio, a decisão desta terça-feira colocou fim à discussão, confirmando que a marca pertence exclusivamente ao Clube Atlético Mineiro.

âžž Tudo sobre o Galo agora no WhatsApp. Siga o nosso novo canal Lance! Atlético-MG Atlético e a história do "Galo Volpi"

Na década de 1980, o Clube Atlético Mineiro adotou

um novo desenho para representar o seu mascote, o galo. Assim surgiu o Galo Volpi, um dos símbolos mais marcantes da identidade alvinegra. Com traços estilizados, o desenho é reconhecido pelo peito empinado e postura imponente, características que expressam força, coragem e garra, valores profundamente ligados ao espírito atleticano.

Desde então, o Galo Volpi passou a estampar uniformes, produtos oficiais e até tatuagens, tornando-se uma figura presente no cotidiano da torcida e uma representação visual do amor pelo clube. O símbolo se soma a outros personagens que fazem parte da história do Atlético-MG, como o Galo Ziraldo e o irreverente Galo Doido, criado e batizado pela própria torcida.

A figura do galo, associada ao clube desde os anos 1930, foi inspirada em um galo de briga conhecido por dominar as rinhas em Belo Horizonte. Com o tempo, o termo "Galo" se tornou sinônimo do Atlético-MG, e o Galo Volpi reforça essa identidade com sua presença marcante e estilizada, um verdadeiro ícone da torcida alvinegra.

Arbitragem: Solução consolidada para Judiciário sobrecarregado

29 anos da regulamentação desta alternativa eficaz e moderna para resolução de conflitos

Daniel Gontijo é presidente da Arbitralis - Câmara de Arbitragem

A arbitragem se consolida como alternativa eficaz e moderna para a solução de conflitos. Regulamentada pela Lei 9.307/1996, que completou 29 anos no dia 23 de setembro, esse meio assegura decisões rápidas, definitivas e com a mesma validade de uma sentença judicial. Reconhecida pelo STF e pelo STJ, ela deixou de ser restrita a grandes corporações e passou a atender também disputas de menor complexidade, ampliando seu alcance e fortalecendo a confiança no mecanismo.

Dados do Centro de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá (CAM-CCBC), por exemplo, indicam aumento superior a 400% no número de procedimentos arbitrais na última década. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstra que um julgamento via arbitragem, em média, se conclui em menos de 18 meses, enquanto processos judiciais de mesmo porte podem se arrastar por quase uma década. Em câmaras digitais, como a Arbitralis, esse prazo pode ser reduzido a até 30 dias úteis, com custos significativamente menores do que no Judiciário tradicional.

Além da celeridade, há também significativa economia aos cofres públicos. Somente a Arbitralis, com mais de 15 mil processos solucionados, já proporcionou uma economia superior a R\$ 100 milhões aos cofres públicos. Menos de 0,1% das decisões proferidas na plataforma foram questionadas no Poder

Judiciário - e, nesses casos, as decisões arbitrais têm sido respeitadas e confirmadas pelos magistrados estatais.

Histórico

A arbitragem não é novidade no Brasil. A Constituição Imperial de 1824 já previa a possibilidade de nomeação de árbitros para decidir litígios. O Código Comercial de 1850 também tratou do tema.

Esse caminho atua como complemento à Justiça estatal. Isso quer dizer: redução em custos de transação, ampliação da previsibilidade e liberação dos tribunais para causas de maior impacto social. No setor imobiliário, por exemplo, essa solução tem sido fundamental para destravar investimentos, uma vez que os longos prazos de tramitação na Justiça têm sido apontados como um dos principais entraves ao crescimento do mercado.

Desafogar tribunais

Esse procedimento é conduzido por árbitros - profissionais qualificados e especializados, escolhidos pelas partes, responsáveis por analisar os casos e emitir decisões finais, com a mesma eficácia e segurança das proferidas pelo Poder Judiciário.

Durante o 1º Fórum Internacional de Arbitragem de Brasília, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso enfatizou que a sobrecarga do Judiciário torna inevitável a busca por meios alternativos, destacando a arbitragem como solução já consolidada para litígios.

Continuação: Arbitragem: Solução consolidada para Judiciário sobrecarregado

Assim, a arbitragem representa um caminho disponível, legítimo e acessível para desafogar os tribunais e fortalecer a economia. Negar-lhe espaço significa perpetuar gargalos e manter a população sujeita a longa angústia para ter sua solução. Ampliá-la, ao contrário, é apostar em eficiência, segurança jurídica e desenvolvimento sustentável. Concluindo o primeiro quarto do século XXI, te faço

uma pergunta: não é hora de abrir de vez as portas para o novo?

(*) Mestre em direito, professor e presidente do Instituto de Planejamento Patrimonial Familiar

Publicado EmArtigo De Opinião

Nintendo processa moderador do Reddit por pirataria no Switch e exige US\$ 4,5 milhões



Usuário é acusado de copiar e distribuir jogos piratas de Switch

Ano passado, a Nintendo processou James Williams, um moderador do Reddit para páginas de **pirataria** no Switch e que era conhecido como Archbox. Eis que agora a empresa determinou os danos que quer no processo, exigindo que Williams pague a ela US\$ 4,5 milhões (via GameSpot e VGC).

A Nintendo alega que Williams operou vários sites de **pirataria** do Switch, vendeu hacks de hardware e ofereceu consoles Switch modificados com jogos piratas. Ela também afirma que ele se recusou a parar com suas práticas, passando inclusive a não reconhecer mais as solicitações da empresa sobre isso, resultando no processo contra ele.

Segundo explicado pela Nintendo, quando ela pediu a Williams para confirmar por escrito que concordaria com suas exigências, ele "se tornou combativo e pouco cooperativo", e que depois de não ter respondido a uma última oportunidade de cooperar, a Nintendo entrou com uma ação judicial em junho de

2024 acusando-o de inúmeras acusações de violação de **direitos** autorais, evasão e tráfico de dispositivos de evasão.

Além disso, a Nintendo disse que declarações anteriores feitas por Williams online - incluindo uma em que ele escreveu que "a maioria de nós que hackeamos nosso Switch somos, como você disse, piratas e não vamos dar US\$ 50 à Nintendo por um jogo" - provam que sua conduta foi intencional, e que "alegações plausíveis de intencionalidade são tudo o que é necessário em uma moção de julgamento à revelia".

Projeto que impede corte de recursos do INPI vai ao Plenário



Tópicos: CAE Comércio Comissão de Assuntos Econômicos Desenvolvimento Indústria INPI Instituto Nacional de Propriedade Industrial Investimentos Lei de Responsabilidade Fiscal Marcas e Patentes Orçamento PTR Roraima Senador Mecias de Jesus Senador

Rogério Carvalho Sergipe Tecnologia Trabalho Recursos Projeto que impede corte de recursos do **INPI** vai ao Plenário A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (7) o projeto (PLP 143/2019) que impede o contingenciamento de verbas do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**). O objetivo é garantir que o órgão use integralmente seus recursos. A medida busca acelerar a **concessão** de patentes e registros, fortalecer a inovação e aumentar a competitividade do Brasil. O texto segue com urgência para o Plenário. Marcella Cunha 07/10/2025, 16h36 - ATUALIZADO EM 07/10/2025, 16h49 Duração de áudio: 02:43 Foto: Andressa Anholet/Agência Senado Transcrição

A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS APROVOU UMA PROPOSTA QUE IMPEDE O CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS DO **INSTITUTO** NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - **INPI**.

O TEXTO VAI AO PLENÁRIO COM URGÊNCIA.

REPÓRTER MARCELLA CUNHA:

O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para incluir as verbas do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial entre as despesas que não podem sofrer contingenciamento.

Hoje, essa lista abrange gastos considerados prioritários pela Lei de Diretrizes Orçamentária, pagamentos de dívidas e investimentos em inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.

Para o relator, senador Mecias de Jesus, do Republicanos de Roraima, a medida vai fortalecer a atuação do **INPI**, autarquia responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil.

Segundo ele, a lentidão histórica na análise de pedidos compromete a inovação e a competitividade, e a liberação integral dos recursos vai permitir acelerar os processos e atrair mais investimentos:

(senador Mecias de Jesus) "O **Inpi** tem receita própria, e nós acreditamos que colocar o **Inpi** nessas condições de não ter o seu orçamento contingenciado é, sem dúvida nenhuma, algo que vai fazer com que o **Inpi** prospere muito mais e possa fortalecer ainda os laços e a capacidade de trabalho que eles têm."

Mas o líder do PT, senador Rogério Carvalho, de Sergipe, já antecipou que o projeto será vetado pelo governo. Ele teme que a exceção criada para o **INPI** abra precedente para outras áreas e reduza a margem de gestão fiscal do Executivo:

(senador Rogério Carvalho) "são instrumentos que o Executivo tem para controlar despesas em momentos de restrição orçamentária. Tirar da possibilidade de contingenciar determinada despesa discricionária não é algo que, com certeza, vai prosperar, até porque o governo deve vetar esta matéria.

Continuação: Projeto que impede corte de recursos do INPI vai ao Plenário

Da mesma forma que tem o **Inpi**, que tem contingenciamento, as agências têm contingenciamento, as outras instituições da administração direta têm contingenciamento."

Criado em 1970, o **INPI** é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. É o órgão responsável por aplicar as regras de **propriedade** industrial no Brasil e presta serviços como o registro de marcas e **desenhos** industriais, a **concessão** de patentes e a averbação de

contratos de franquia e **transferência** de tecnologia. Da Rádio Senado, Marcella Cunha. Tópicos: CAE Com ércio Comissão de Assuntos Ec onômicos Desenvolvimento Indústria INPI Instituto Nacional de Propriedade Industrial Investimentos Lei de Responsabilidade Fiscal Marcas e Patentes Orçament o PTR Roraima Senador Mecias de Jesus Senador Rogério Carvalho Sergipe Tecnologia Trabalho

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 14, 17

Marco regulatório | INPI

5, 12, 18

Propriedade Industrial

12, 18

ABPI | Câmara de Arbitragem

15

Pirataria

17

Inovação

18

Patentes

18

Desenho Industrial

18